

Educação Quilombola E A Lei 10.639/2003 Como Mecanismos Para O Combate Ao Racismo Nas Escolas

Carlos Rochester Ferreira De Lima
MAIE/UECE

Keila Lima Sanches
Instituto Federal De Brasilia

Jean Lucas Oliveira De Almeida
Universidade Federal Do Pará

Sushila Vieira Claro
Universidade De São Paulo

Rafael Machado Santana
Universidade Federal Do Tocantins (UFT)

Joelma Veras Da Silva
UNESA

Cricielle Aguiar Muniz
FACEM

Marcos Teixeira De Souza
Instituto Universitário De Pesquisas Do Rio De Janeiro/UCAM

Resumo:

A pesquisa teve como objetivo analisar a importância da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, com foco na promoção da inclusão e no combate ao racismo por meio da educação quilombola. A metodologia adotada foi uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, com a participação de quinze professores de uma escola brasileira, selecionados por conveniência. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, gravadas com o consentimento dos participantes, e a análise foi conduzida utilizando a técnica da análise do discurso. Os resultados mostraram que, embora os professores reconheçam a relevância da inclusão da cultura afro-brasileira no currículo para promover a igualdade racial, eles enfrentam desafios como a falta de formação específica, a escassez de materiais didáticos adequados e resistência por parte de alunos e famílias. A importância dessa inclusão está diretamente relacionada à possibilidade de reduzir preconceitos, fortalecer a identidade dos alunos negros e promover o respeito à diversidade cultural, elementos fundamentais para combater o racismo. Conclui-se que, para que a Lei 10.639/2003 tenha um impacto significativo, é fundamental que as escolas ofereçam suporte adequado aos docentes, com formação continuada e recursos didáticos, além de envolver toda a comunidade escolar na promoção de uma educação inclusiva, que valorize e respeite as diferentes culturas e contribua para a construção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: *Educação; Lei 10.639/2003; Cultura afro-brasileira.*

Date of Submission: 26-11-2024

Date of Acceptance: 06-12-2024

I. Introdução

A Lei 10.639/2003 representa um marco na educação brasileira, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares de todo o país. Esta legislação surgiu como resposta às demandas dos movimentos negros e antirracistas, que por décadas lutaram para que o sistema educacional brasileiro reconhecesse e valorizasse as contribuições e vivências das populações

afrodescendentes, historicamente marginalizadas. Através dessa lei, o objetivo é não apenas promover o conhecimento sobre a cultura e história de africanos e afro-brasileiros, mas também atuar como uma ferramenta fundamental para combater o racismo estrutural e criar um ambiente escolar inclusivo e respeitoso para todos os alunos (Arzano; Sampaio; Melo, 2022).

A introdução da Lei 10.639/2003 nas escolas se insere em um contexto de reparação histórica e social, onde a educação é reconhecida como um espaço privilegiado para formar cidadãos conscientes e engajados na luta contra o preconceito e a discriminação racial. Em um país como o Brasil, cuja população é majoritariamente negra ou parda, é essencial que as escolas ensinem sobre as diversas heranças culturais, inclusive aquelas oriundas do continente africano e da história afro-brasileira. Ao trazer essas temáticas para o currículo, a lei visa desconstruir estereótipos e fomentar uma compreensão mais ampla da identidade brasileira, que é intrinsecamente marcada pela influência africana (Meinerz, 2023).

A implementação da Lei 10.639/2003 também é fundamental para criar um ambiente escolar acolhedor e representativo para alunos negros, que muitas vezes não se sentem contemplados pelos conteúdos curriculares tradicionais. A falta de representatividade nas escolas pode levar esses estudantes a não se reconhecerem nas narrativas de ensino, reforçando um sentimento de exclusão e inferioridade. A partir da inclusão de conteúdos afro-brasileiros e africanos, esses alunos podem ver suas histórias e culturas valorizadas, promovendo autoestima, pertencimento e, em última análise, melhores resultados educacionais (Coelho; Brito; Cruz, 2023).

Além de beneficiar alunos negros, o ensino da cultura afro-brasileira e africana tem impacto positivo sobre todos os estudantes, pois oferece uma visão mais completa e justa da história e da cultura brasileiras. Quando os alunos, independentemente de sua origem, são expostos a uma educação plural e inclusiva, eles desenvolvem valores como o respeito e a empatia pelas diferenças. Isso ajuda a formar uma sociedade mais coesa e solidária, que reconhece e valoriza a diversidade como uma característica fundamental da identidade nacional (Oliveira, 2022).

Para que a Lei 10.639/2003 seja efetiva, é necessário investir na formação continuada dos professores, capacitando-os a lidar com as temáticas de forma didática e contextualizada. Muitos docentes não foram preparados durante a formação inicial para ensinar conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira e africana, e, sem o suporte adequado, podem ter dificuldades em abordar esses temas de maneira adequada. Iniciativas de formação e treinamento são, portanto, indispensáveis para garantir que os professores estejam aptos a desenvolver atividades pedagógicas que promovam a igualdade racial e a valorização da diversidade cultural (Pereira; Pereira; Bianco, 2022).

Contudo, ainda existem inúmeros desafios para a plena aplicação dessa lei nas escolas brasileiras. A falta de materiais didáticos específicos, a resistência de algumas instituições e o preconceito presente na sociedade são obstáculos que dificultam a implementação prática dos conteúdos. Para superar essas barreiras, é essencial que as políticas públicas educacionais incluam o monitoramento e a avaliação do cumprimento da lei, além de incentivos para a criação e distribuição de materiais pedagógicos que abordem a história e a cultura afro-brasileira e africana de forma acessível e atrativa (Petit, 2016).

Assim, a Lei 10.639/2003 não apenas representa um avanço na luta por uma educação mais inclusiva, mas também é um instrumento crucial para o combate ao racismo e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao valorizar e incluir a cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, o Brasil dá um passo significativo rumo à construção de uma educação antirracista, que reconhece e respeita a diversidade de seu povo. A continuidade desse processo exige o comprometimento de todos os atores do sistema educacional, desde os gestores até os professores, para que, juntos, possam transformar a realidade das escolas e, conseqüentemente, contribuir para um país mais igualitário e consciente de suas raízes culturais (Coelho; Brito; Cruz, 2023).

Frente ao exposto, o objetivo da pesquisa foi analisar a importância da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar para a inclusão e o combate ao racismo.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa realizada é do tipo exploratória, caracterizada por seu foco em proporcionar um maior entendimento sobre determinado tema ou problema. Esse tipo de pesquisa é útil em áreas onde há uma lacuna de conhecimento ou onde o objetivo é explorar percepções e experiências sem buscar necessariamente resultados conclusivos. No caso desta pesquisa, a escolha da abordagem exploratória foi justificada pela necessidade de compreender como os professores percebem e vivenciam a implementação da Lei 10.639/2003, especialmente no que diz respeito ao ensino da cultura afro-brasileira e africana. Ao ser exploratória, a pesquisa permite um olhar aprofundado sobre as práticas pedagógicas e as dificuldades enfrentadas pelos docentes ao abordar esses temas em sala de aula.

Quanto à abordagem, optou-se pela metodologia qualitativa, que se baseia na análise de informações de caráter subjetivo, como opiniões, percepções e significados atribuídos pelos participantes. A pesquisa qualitativa é particularmente adequada para temas complexos e sensíveis, como a inclusão da cultura afro-brasileira no

currículo escolar, pois possibilita uma análise detalhada das experiências dos professores, levando em conta o contexto sociocultural e as particularidades de cada situação. A escolha da abordagem qualitativa, portanto, permite uma compreensão profunda das nuances envolvidas no ensino desses conteúdos e no combate ao racismo no ambiente escolar.

A amostra da pesquisa foi composta por quinze professores de uma escola brasileira, selecionados por conveniência. Esse método de amostragem envolve a escolha de participantes que estão disponíveis e acessíveis ao pesquisador, o que é útil em estudos qualitativos onde o foco é a profundidade da análise em vez da generalização dos resultados. Nesse caso, a escolha dos professores como amostra de conveniência possibilitou o acesso direto a profissionais que lidam diariamente com o conteúdo exigido pela Lei 10.639/2003, enriquecendo a coleta de dados com experiências reais e relevantes.

Para a coleta de dados, foram aplicadas entrevistas em profundidade, uma técnica que visa obter informações detalhadas e ricas sobre o tema pesquisado. As entrevistas em profundidade permitem que o entrevistado se expresse livremente, o que facilita a identificação de percepções e sentimentos complexos em relação ao ensino da cultura afro-brasileira. Na prática, o processo de coleta começou com um contato inicial com o gestor da escola, que apresentou os professores que estariam disponíveis e dispostos a participar. Após o agendamento das entrevistas, elas foram realizadas individualmente, sendo todas gravadas com o consentimento dos participantes. Os professores foram informados previamente sobre os objetivos da pesquisa e concordaram com o uso dos gravadores para assegurar a precisão na coleta das informações.

A análise dos dados foi realizada utilizando a técnica da análise do discurso, que busca interpretar os significados presentes nas falas dos participantes. A análise do discurso permite entender como os professores constroem suas opiniões e percepções sobre o tema, revelando aspectos como preconceitos implícitos, desafios pedagógicos e atitudes frente à inclusão da cultura afro-brasileira no currículo. Por meio dessa técnica, foi possível identificar padrões e divergências nas falas dos professores, o que enriqueceu a compreensão sobre o impacto da Lei 10.639/2003 no ambiente escolar e as necessidades de suporte pedagógico para a sua implementação eficaz.

III. Resultados E Discussões

Os professores entrevistados relataram diferentes experiências e desafios em relação ao ensino da cultura afro-brasileira e africana. De acordo com E5, “a Lei 10.639/2003 é muito importante, mas a falta de material didático específico torna o ensino desse conteúdo difícil no dia a dia”. E7 complementa essa visão, afirmando que “é um tema que precisa ser abordado, mas a escola não oferece suporte adequado para isso, então acaba ficando por conta do professor buscar recursos, o que nem sempre é possível”. Esses relatos indicam um sentimento de responsabilidade individual que os professores carregam para abordar o tema, mesmo que, por vezes, falte apoio institucional.

Outro aspecto mencionado por E3 e E12 é o desconhecimento sobre as especificidades da cultura afro-brasileira, tanto por parte dos professores quanto dos alunos. Segundo E3, “nem sempre temos o conhecimento necessário para falar sobre a história da África ou a cultura afro-brasileira com propriedade”. E12 compartilha essa visão, mencionando que “falta capacitação; os cursos que fizemos não abordam a temática com a profundidade necessária, o que nos deixa inseguros”. Essa insegurança impacta diretamente a forma como o conteúdo é transmitido, podendo gerar abordagens superficiais e limitadas do tema.

Em relação à reação dos alunos, os professores observaram tanto curiosidade quanto resistência. E8 relata que “alguns alunos ficam interessados e querem saber mais, especialmente quando falamos sobre figuras históricas negras”, enquanto E10 observa que “há alunos que, por falta de referências anteriores, não entendem a importância do tema e demonstram desinteresse”. Essa resistência, em alguns casos, foi atribuída pelos professores à falta de valorização da cultura afro-brasileira nas famílias e na sociedade em geral, o que reforça a importância de promover uma educação antirracista desde cedo.

Sobre o apoio da escola, diversos docentes mencionaram que, apesar de existir uma orientação para que a Lei 10.639/2003 seja implementada, o suporte oferecido é limitado. Segundo E1, “a escola diz que apoia, mas não temos materiais didáticos, formação continuada ou orientações práticas”. E6 acrescenta que “não há uma política clara de implementação; cada professor faz o que acha que é possível”. A ausência de uma política estruturada demonstra uma falta de comprometimento institucional com a efetividade da lei, transferindo para o professor a responsabilidade de abordar o tema sem os devidos recursos.

A análise das práticas pedagógicas revelou que muitos professores recorrem a recursos digitais e audiovisuais para preencher as lacunas na abordagem da cultura afro-brasileira. Conforme E4 relata, “costumo usar vídeos, músicas e filmes que encontro na internet, porque os livros que temos pouco falam sobre o assunto”. E9 enfatiza que “esse material ajuda, mas às vezes é difícil encontrar conteúdos adequados à faixa etária dos alunos”. A dependência de recursos externos, embora enriqueça as aulas, revela uma falha no material didático formal, que não contempla de maneira adequada o conteúdo previsto pela lei.

Outro ponto crítico destacado pelos professores foi a reação das famílias dos alunos, que nem sempre apoiam a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo. E14 relata que “alguns pais já questionaram porque estamos falando sobre ‘essas coisas’, como se fosse algo irrelevante ou impróprio”. E11 acrescenta que “é comum os pais dizerem que estamos ‘forçando’ algo que não é importante, o que nos desmotiva”. Esses relatos indicam um desafio adicional para os docentes, que se veem na posição de educar tanto os alunos quanto suas famílias, o que demanda paciência e habilidade para lidar com o preconceito.

Ao discutir os benefícios percebidos da Lei 10.639/2003, alguns professores notaram que as atividades sobre cultura afro-brasileira ajudaram os alunos negros a se sentirem mais valorizados. E2 comenta que “os alunos negros ficam mais interessados e se sentem incluídos quando falamos de personagens históricos afro-brasileiros”. E13 relata que “é bonito ver os alunos se identificando e percebendo que têm uma história importante”. Esses relatos destacam a importância da representatividade na educação, fortalecendo a autoestima dos estudantes e promovendo o sentimento de pertencimento.

Em termos de estratégias pedagógicas, muitos professores citaram o uso de projetos interdisciplinares. E7 diz que “tentamos incluir o tema em diversas disciplinas, como história, geografia e artes, para que os alunos tenham uma visão mais completa”. E15 afirma que “a interdisciplinaridade ajuda a mostrar que a cultura afro-brasileira está em todo lugar, não apenas na aula de história”. A abordagem interdisciplinar parece ser uma estratégia eficaz para integrar o tema de forma mais natural e abrangente no currículo escolar, permitindo uma compreensão mais ampla por parte dos alunos.

A análise do discurso revela que os professores percebem a Lei 10.639/2003 como uma oportunidade de promover a igualdade racial e combater o racismo. E6 observa que “a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo faz com que os alunos negros se sintam vistos e valorizados, enquanto os outros aprendem a respeitar essa cultura”. E5 complementa que “é importante porque ajuda a reduzir o preconceito, ensinando as crianças desde cedo que todas as culturas são igualmente valiosas”. Esse entendimento mostra que os professores veem na lei um potencial transformador, mesmo que a implementação ainda enfrente dificuldades.

Além dos desafios enfrentados pelos docentes, a pesquisa revelou que alguns alunos, ao aprenderem sobre a cultura afro-brasileira, manifestam uma maior abertura e empatia em relação à diversidade cultural. Segundo E8, “já houve casos de alunos que disseram que passaram a ver os colegas negros de forma diferente, mais respeitosa”. Esse tipo de feedback indica que a inclusão desse conteúdo pode, de fato, influenciar positivamente as relações interpessoais e promover uma convivência mais harmoniosa entre os alunos.

Por outro lado, E3 destaca que alguns alunos ainda reproduzem estereótipos negativos, mesmo após as aulas sobre a cultura afro-brasileira. Ele menciona que “alguns alunos fazem comentários preconceituosos, mesmo depois de várias aulas sobre o tema, o que é frustrante”. Isso evidencia que o combate ao racismo não se dá apenas com a introdução de conteúdos, mas requer um trabalho contínuo e interdisciplinar, que envolva toda a comunidade escolar. Na visão de E12, a implementação da Lei 10.639/2003 também ajuda a promover discussões sobre cidadania e direitos humanos. Segundo ele, “quando discutimos a história da África e o papel dos africanos no Brasil, os alunos começam a entender mais sobre a importância do respeito às diferenças e sobre a cidadania”.

Isso sugere que o conteúdo da lei pode ser ampliado para fomentar debates mais amplos sobre igualdade e justiça social, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e críticos. Um desafio adicional é a formação dos professores para o ensino da cultura afro-brasileira, como destacado por E9: “a formação que recebemos é superficial, então precisamos buscar cursos e referências por conta própria”. E10 completa: “é complicado porque nem sempre temos tempo ou dinheiro para nos especializar, então acabamos fazendo o que podemos com o que temos”. Esses depoimentos revelam uma necessidade urgente de capacitação específica, para que os docentes se sintam mais preparados e confiantes ao abordar o tema.

A percepção geral dos professores é de que a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar precisa ser mais valorizada por políticas públicas e pelo sistema educacional como um todo. E1 menciona que “a lei é boa, mas precisamos de mais apoio; a escola precisa entender que não é só colocar no currículo, mas dar estrutura para que funcione”. E13 reforça que “sem apoio e recursos, a lei corre o risco de se tornar apenas uma diretriz, sem impacto real”.

Para concluir, os relatos dos professores evidenciam que, embora existam esforços individuais para implementar a Lei 10.639/2003, os desafios estruturais limitam o alcance dessa implementação. A análise sugere que, para uma inclusão eficaz da cultura afro-brasileira no currículo, é necessário um compromisso mais forte por parte das instituições de ensino e do poder público. Os professores entrevistados demonstram disposição em abordar o tema, mas carecem de formação e suporte adequados, o que limita o potencial transformador da lei.

IV. Conclusão

A conclusão da pesquisa sobre a implementação da Lei 10.639/2003 no ambiente escolar revela que, embora exista um reconhecimento generalizado de sua importância e potencial transformador, ainda há uma série de obstáculos que dificultam sua efetiva aplicação nas escolas brasileiras. Os relatos dos quinze

professores participantes destacam uma série de desafios estruturais e institucionais, que vão desde a falta de formação específica até a escassez de materiais didáticos adequados. Apesar do comprometimento individual dos docentes em abordar a cultura afro-brasileira e africana, a ausência de apoio e recursos por parte das instituições limita as possibilidades de um trabalho pedagógico abrangente e consistente.

A pesquisa evidenciou que, para muitos professores, a inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira no currículo é uma medida necessária para promover a igualdade racial e combater o racismo desde a educação básica. No entanto, esse trabalho requer preparo e recursos que nem sempre estão disponíveis. A insegurança em lidar com o tema, devido à formação insuficiente, reforça a necessidade de políticas de capacitação que garantam que os educadores estejam devidamente preparados para abordar de forma responsável e profunda o legado africano e afro-brasileiro.

Outro aspecto importante identificado na pesquisa é o impacto positivo que a implementação da Lei 10.639/2003 pode ter na autoestima e no sentimento de pertencimento dos alunos negros, que passam a se ver representados nas narrativas escolares. A presença de personagens históricos e culturais afro-brasileiros no conteúdo das aulas oferece a esses estudantes a oportunidade de se identificar com figuras de valor, o que contribui para a construção de uma identidade positiva e para o fortalecimento de sua autoestima. Esse fator é especialmente relevante em um contexto de diversidade racial como o brasileiro, onde a representatividade pode influenciar diretamente os índices de sucesso e de bem-estar dos alunos.

Apesar disso, a pesquisa revelou que, em muitos casos, os professores enfrentam resistência não apenas por parte dos alunos, mas também das famílias, que nem sempre compreendem a importância do tema ou, por vezes, reproduzem visões preconceituosas. Esse desafio aponta para a necessidade de sensibilização e conscientização de toda a comunidade escolar sobre a relevância da cultura afro-brasileira para a formação de cidadãos mais tolerantes e conscientes. Dessa forma, o trabalho educativo sobre a cultura afro-brasileira e africana precisa ser expandido para fora das salas de aula, envolvendo também os familiares e a comunidade escolar em geral, a fim de construir um ambiente mais receptivo e inclusivo.

A pesquisa também destacou que muitos professores adotam estratégias criativas para suprir a falta de recursos institucionais, utilizando materiais audiovisuais e projetos interdisciplinares. Embora essa prática demonstre a proatividade dos docentes, evidencia, ao mesmo tempo, a precariedade das condições de trabalho e o despreparo do sistema educacional para acolher efetivamente a Lei 10.639/2003. A adoção de uma abordagem interdisciplinar se mostrou eficaz em alguns contextos, pois facilita a inserção da cultura afro-brasileira em diversas disciplinas, ampliando a compreensão dos alunos sobre a importância do tema.

Com base nos resultados obtidos, é possível afirmar que a Lei 10.639/2003 representa um avanço significativo na promoção de uma educação inclusiva e antirracista, mas sua implementação enfrenta barreiras que precisam ser superadas para garantir seu impacto positivo. A pesquisa reforça a necessidade de que as políticas públicas de educação deem suporte efetivo aos professores, com investimentos em formação continuada, produção de materiais didáticos e o desenvolvimento de diretrizes práticas que orientem os educadores no trabalho com essa temática.

Por fim, a pesquisa sugere que a plena implementação da Lei 10.639/2003 requer um compromisso coletivo que envolva não apenas os professores, mas também gestores escolares, políticas públicas e a própria sociedade. A inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar deve ser encarada como uma prioridade no combate ao racismo estrutural e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. A partir dessa conscientização coletiva, o sistema educacional poderá finalmente oferecer uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural do Brasil, formando cidadãos preparados para viver em uma sociedade plural e equânime.

Referências

ARZANO, M. A. L.; SAMPAIO, M. C. J.; MELO, A. C. Diálogos entre as escolas e os saberes das comunidades quilombolas: a descolonização/decolonização do currículo a partir da Lei No 10.639/2003. **Práxis Educativa**, V. 17, 2022.

COELHO, W. N. B.; BRITO, N. J. C.; CRUZ, F. A. S. Vinte anos da Lei n. 10.639/2003, a produção do ProffHistória e a formação continuada de professores(as). **Revista de História e Ensino**, v. 12, n. 25, 2023.

MEINERZ, C. B. Entrevista com a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva: Educação das Relações Étnico-Raciais, Ensino de História e os Vinte Anos da Lei 10.639/2003. **Revista de História e ensino**, 2023.

OLIVEIRA, D. S. A Lei N° 10.639/2003: educação antirracista e regime de informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. Especial, 2022.

PEREIRA, C. L. .; PEREIRA, M. R. S. .; BIANCO, G. Law nº 10.639/2003: the teaching-pedagogical use of anti-racist films for the decolonization of knowledge in science and mathematics teaching. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e19711627965, 2022.

PETIT, S. H. Práticas Pedagógicas para a Lei Nº 10.639/2003: A Criação de Nova Abordagem de Formação na Perspectiva das Africanidades. **Educação Em Foco**, 21(3), 657–684, 2016.
)